

MOÇÃO

Suspensão do subsídio de férias

Consuma-se esta semana mais uma etapa no já longo processo de degradação salarial dos trabalhadores da administração pública, através do não pagamento do subsídio de férias à maioria dos funcionários do Estado.

Esta é uma medida injustificável a todos os títulos, só entendível no contexto mais vasto de orientações políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do país.

Esta medida soma-se às inúmeras outras que operaram o desfiguramento da Administração Pública e o progressivo desmantelamento do Serviço Público. Alteração ao regime laboral dos funcionários do Estado, extinção de carreiras, congelamento da progressão na carreira, aumentos dos descontos e reduções de salários após mais de uma década de diminuição dos salários reais, são as medidas que mais directamente afectam os trabalhadores, mas que são indissociáveis da degradação dos Serviços Públicos em todas as áreas, com particular destaque para a Saúde e o Ensino, com a sucessão de encerramento de estabelecimentos e degradação da qualidade, a par do aumento de taxas e propinas.

Não são os trabalhadores da Administração Pública, nem quaisquer outros, os responsáveis pela degradação das contas públicas. As responsabilidades terão de ser encontradas em quem ao longo de anos malbaratou os dinheiros públicos, seja no deboche das Parcerias Público-Privadas, seja em submarinos ou nos desmandos das administrações de institutos e empresas públicas ou, ainda, na cobertura de fraudes de banqueiros e elites.

Portugal e os portugueses não precisam de mais empobrecimento. As políticas de austeridade, impostas pela UE e pelo FMI e diligentemente aplicadas pelos governos nacionais, põem os interesses da agiotagem internacional à frente dos interesses dos portugueses.

Este rumo destrói o presente e hipoteca o futuro. A via para a superação da situação atual é a da aposta no país, no seu povo e nos seus recursos. A ruptura com o atual rumo de desastre passa por reforçar o poder de compra dos portugueses, melhorando os salários e pensões, ampliando assim o mercado interno, que alavancará a produção nacional, sobretudo as pequenas e médias empresas.

Retirar aos trabalhadores e pensionistas do Estado dois meses de salário é uma afronta a estes trabalhadores, é um ataque ao Serviço Público e é contrário aos interesses do país.

A Câmara Municipal da Moita reunida em sessão ordinária, nos Paços do Concelho, a 20 de junho de 2012, delibera:

Repudiar esta medida e manifestar a sua solidariedade com todos os funcionários públicos, do Município e de toda a Administração Pública, e a todos os trabalhadores do sector privado que foram alvo da mesma medida.

Moita, 20 de junho de 2012